



Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura
Municipal



PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Versa o presente processo licitatório para a aquisição de um Veículo novo, 0 Km, tipo furgão Ambulância para simples remoção, com recursos do Fundo Nacional da Saúde e Recursos Próprios.

O setor competente optou pela licitação, modalidade pregão presencial, levando em consideração o *menor preço global*, o que está amparado por lei, especialmente a Lei Federal n. 8.666/93, a Lei Federal n. 10.520/02 e o Decreto Municipal n. 903/2013.

Há na espécie a devida previsão orçamentária, conforme informação do setor contábil, a saber:

Órgão: 05 – Secretaria da Saúde e Assistência Social;

Unid.: 01 – Fundo Municipal da Saúde;

Função: 10 – Saúde;

Sub-Função: 301 – Atenção Básica;

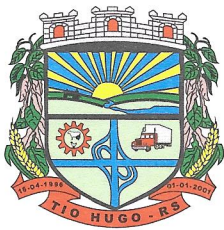
Programa: 00105 – Saúde e Bem Estar

Atividade: 1021 – Aquisição de Veículo para a Secretaria da Saúde;

Rubrica: 449052000000004936 – Equipamentos e Material Permanente;

Por exigências legais, especialmente da Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02 e Decreto Municipal n. 903/2013, o presente Edital teve ampla divulgação.

Ocorre que em análise mais detalhada do objeto licitado, o Prefeito Municipal juntamente com a comissão licitante, decidiram por revogar a presente licitação, eis que o objeto não atende da melhor forma o interesse da administração pública.



Esse é o Relatório.

Passo a Decidir.

I – DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO.

O Município quando da elaboração do Edital optou por adquirir um Veículo novo, 0 Km, tipo furgão Ambulância para simples remoção, com recursos do Fundo Nacional da Saúde e Recursos Próprios

Ocorre que em análise mais detalhada ao objeto licitado, optou-se por revogar a referida licitação, eis que tal objeto não atende da melhor forma o interesse da municipalidade, sendo que serão elaborados novos editais, um para a aquisição de um veículo para a Secretaria de Saúde e outro relativo a transformação para ambulância.

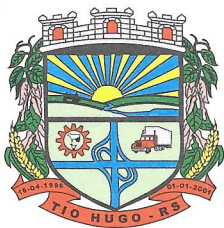
No presente caso a revogação do certame torna-se obrigatória, haja vista ser uma das funções da Administração Pública resguardar o interesse público, o que não estava contemplado com a aquisição do objeto licitado.

Com efeito, necessário fundamentar no posicionamento da Jurisprudência pátria e pela análise da previsão do artigo 49 da Lei n. 8.666/93 a possibilidade da revogação do Procedimento Licitatório, com fundamentação no interesse público, por ato da própria administração, vejamos:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado,"
(...)

§ 3º. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa".

In casu, versa-se sobre hipótese de ocorrência de fato superveniente, qual seja, verificação de desinteresse no objeto licitado, tratando-se ainda de fato pertinente e suficiente para justificar a revogação da licitação pela administração, com



fundamento no interesse público primário, consubstanciado na preservação do orçamento público.

José Cretella Júnior leciona que *“pelo princípio da autotutela administrativa, quem tem competência para gerar o ato, ou seu superior hierárquico, tem o poder-dever de anulá-lo, se houver vícios que os tornem ilegais”*.

O poder-dever da Administração Pública de rever seus próprios atos decorre exatamente da necessidade de resguardar o interesse público, revogando e anulando atos administrativos que, mesmo depois de praticados, se tornem lesivos aos interesses da administração.

A revogação da licitação se assenta em motivos de oportunidade e conveniência administrativa. Por essa razão, a revogação é ato privativo da administração. São as conveniências do serviço que comandam a revogação e constituem a justa causa da decisão revogatória e, por isso, precisam ser motivadas, sob pena de se converterem em ato arbitrário, incompatível com o direito.

Ainda, a revogação da presente licitação pela Administração Pública, se funda na conveniência discricionária frente ao interesse público, cuja discricionariedade está estampada na **Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal – STF**, que preceitua:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Desta forma, frente aos fatos supervenientes supra mencionados, não há conveniência a Administração Pública em manter a presente licitação, neste sentido pode a Administração Pública exercer sua competência discricionária, para revogar a licitação.

ANTE AO EXPOSTO, revoga-se assim a licitação pela modalidade do pregão presencial, nos termos do Edital n.005/2019, com base no todo acima exposto.



Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Prefeitura
Municipal*

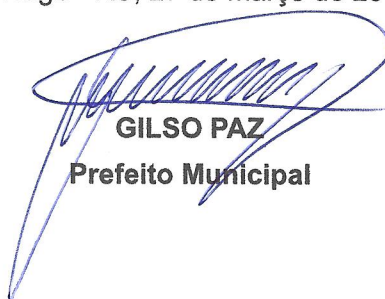


Registre-se.

Publique-se.

Intime-se.

Tio Hugo - RS, 27 de março de 2019.



GILSO PAZ
Prefeito Municipal